

02ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE PRAIA GRANDE - SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação da executada EDITH MARQUES DA SILVA BELARMINO, bem como dos terceiros interessados herdeiros WAGNER BELARMINO e MIGUEL BELARMINO FILHO. O Dr. André Quintela Alves Rodrigues, MM. Juiz de Direito da 02ª Vara Cível da Comarca de Praia Grande - SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Ação de Despesas condominiais — **Processo nº 0001688-41.2011.8.26.0477** que o **CONDOMINIO EDÍFICIO GLORIA** move em face do referido executado, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DOS LEILÕES: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.lancejudicial.com.br, o 1º Leilão terá início no dia 25/10/2022 às 00h, e terá encerramento no dia 28/10/2022 às 17h e 08min; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, o 2º Leilão, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em 29/11/2022 às 17h e 08min (ambas no horário de Brasília); sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que acima de 60% do valor da avaliação atualizada.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DA PRAÇA: O Leilão será conduzido pelo leiloeiro **Gilberto Fortes do Amaral Filho**, JUCESP Nº 550, leiloeiro pelo Sistema **LANCE JUDICIAL** - <u>www.lancejudicial.com.br</u>, devidamente habilitado pelo TJ/SP.

DO LOCAL DO BEM: Rua Pedro Alvares Cabral, nº 822, Bairro Aviação, Praia Grande - SP.

DÉBITOS: Constam débitos desta ação no montante de **R\$ 101.213,38 (abril/22); constam débitos tributários no montante de R\$ 40.183,33 (set/22).** O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza *propter rem*), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematadoe da comissão de **5%** (cinco por cento) sobre o preço a título de comissão a **LANCE JUDICIAL**, no prazo de 24horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devidanão está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço contato@lancejudicial.com.br: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta)meses, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1.499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação



ou adjudicação). Do mesmo modo, nos termos do disposto no **artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430).** Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante).

COPROPRIETÁRIOS: Na existência de mais proprietário(s) do(s) bem(ns) penhorado(s), as regras para a venda judicial serão regidas pelo Código de Processo Civil, nos exatos termos do artigo 843 e seguintes.

DESOCUPAÇÃO: Será expedido mandado de entrega de posse por este juízo se o bem estiver sendo ocupado pela parte executada. Se ocupado por terceiros, deverá o arrematante mover ação própria.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Será devida a comissão na hipótese de acordo ou remição, se o leilão for positivo.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903, CPC/15).

RELAÇÃO DO BEM: APARTAMENTO N° 313, localizado no 3° andar ou 4° pavimento do EDIFÍCIO GLÓRIA, situado à Rua Quinta (atualmente Rua Pedro Alvares Cabral, conf.AV.3), s/n° (atualmente n° 822, conf.AV.4), no perímetro urbano desta cidade de Praia Grande-SP. UM APARTAMENTO, com a área total construída de 112,39m2, área útil de 63,67m2, área comum de 48,72m2, com uma participação no terreno de 45,31m2, ou seja, 2,74% do todo, inclusive nas coisas de uso comum. CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO: Trata-se de um prédio com 4 pavimentos, tendo no térreo: hall de entrada, portaria, salão de festas com wc e sala gourmet, garagem coletiva; 3 andares com 14 apartamentos por andar. [...] um apartamento localizado no 3° andar do Edificio Residencial Glória, é constituído de sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro, área de serviço e 1 vaga indeterminada na garagem coletiva (conf.fls. 104 e 105). Cadastrado na Prefeitura sob o nº 2.03.09.001.004.0313-5. Matriculado no CRI de Praia Grande-SP sob o nº 1832.

ÔNUS: Não constam outros ônus sobre o bem imóvel na referida matricula.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL: R\$ 242.908,20 (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e oito reais e vinte centavos) para ago/2022 - que será atualizado conforme a Tabela Pratica Monetária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJ/SP.

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o Art. 274, § único, do CPC. Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será opresente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Praia Grande, 16 de September de 2022.

Dr. André Quintela Alves Rodrigues

MM. Juiz de Direito da 02ª Vara Cível da Comarca de Praia Grande – SP.

